

# Conservação apolítica, resultados inaparentes

## Apolitical conservation, unapparent results

Marcelo Sathler<sup>1\*</sup>

1. Pesquisador do Núcleo de Estudos Urbanos e Socioambientais - NEUS. Universidade Vila Velha – Rua Comissário José Dantas de Melo, n° 21, Bairro Boa Vista, Vila Velha, Espírito Santo, CEP 29102-920, Brasil.

\* Autor para correspondência: [marcelosathler.br@gmail.com](mailto:marcelosathler.br@gmail.com)

**Resumo** Dados indicam escassez de elementos essenciais para a humanidade em várias partes do mundo, sendo prevista uma carência generalizada nas próximas décadas. Informações científicas embasam denúncias socioambientais, mas as reivindicações dificilmente são acatadas pelos indivíduos à frente dos governos. Nota-se a frustração dos pesquisadores à medida que advogam por mudanças. Este artigo defende uma nova perspectiva sobre a conservação dos recursos naturais, afirmando ser necessário que a comunidade acadêmica mude a sua característica cartesiana e envolva-se nas políticas públicas, compreendendo como elas ocorrem, assim como identificando os atores responsáveis pelas mesmas. É inevitável reconhecer a carência de biólogos, ecologistas ou conservacionistas atuando ou influenciando nas mais altas hierarquias de poder. As pesquisas por si só não são capazes de promover a mudança que a civilização moderna necessita. Possivelmente a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável nunca ocorrerão de fato. Porém, a insistência em um modelo notadamente falho não é coerente e a modificação de atitude é necessária.

**Palavras chaves:** conservação ambiental, políticas, ambientalismo, insustentabilidade.

**Abstract** In many parts of the world, there is evidence of increasing shortage of essential natural resources, which may force humankind to endure general scarcity in the coming decades. Scientific information supports social and environmental complaints, but claims are hardly heeded by government officials. As researchers advocate change, their frustration is noticeable. This paper argues for a new perspective on the conservation of natural resources. To that end, the academic community must change its attitude and focus on identifying the players responsible for public policies, as well as on understanding how these policies are formulated. It is inevitable to acknowledge that biologists, ecologists and conservationists usually

lack influence on high-level decisions. Research alone is not able to promote the changes needed by modern civilization. Perhaps the biodiversity conservation and sustainable development will never happen. Nonetheless, the insistence on a notably flawed model is not consistent and a change of attitude is necessary.

**Keywords:** Environmental conservation, politics, environmentalism, unsustainability.

A perda acentuada de recursos naturais e biodiversidade é reconhecida como um dos maiores problemas da sociedade moderna (CMMD; Millenium Ecosystem Assessment 2005a). Dados apontam escassez de recursos importantes em várias partes do mundo, sendo prevista para o ano de 2050 uma carência generalizada de elementos essenciais para a sociedade, como, por exemplo, água, condição que já afeta um bilhão e duzentos milhões de pessoas no mundo (UNESCO 2012).

Para cada refugiado de conflitos no mundo existem dois refugiados devido à fome, às inundações e aos desastres ambientais (UNHCR 2002). Registram-se diásporas modernas provocadas pela perda de ecossistemas e a cada ano elas aumentam de frequência, participando ativamente na configuração da geopolítica mundial (Nierenberg e Halweil 2011). A mais recente nação do planeta, o Sudão do Sul, confirma essa afirmativa por ter sido originada por um colapso político em que, entre os principais elementos da desavença, estavam a disputa por terras férteis e a movimentação humana involuntária por motivos de desertificação (Kok *et al.* 2009, UN 2012).

Muitos países possuem sua economia e bem-estar dependentes da conduta dos processos climáticos. Bangladesh e Etiópia são destaques quanto a isso, embora antagonicos. O primeiro sofre com enchentes catastróficas anualmente (Brammer 2010) e o segundo tem o baixo índice pluviométrico como um dos maiores impedimentos

para a própria estabilidade (Nana-Sinkam 1995, Millenium Ecosystem Assessment 2005b, Gray e Mueller 2012).

Conforme afirmam as Nações Unidas e outros organismos internacionais, hoje milhões estão à mercê dos fenômenos da natureza, não havendo infraestrutura ou instituições nacionais capazes de mitigar as mazelas ocasionadas. E os desastres não somente são capazes de ocorrer, mas esperados (UNHCR 2002, Millennium Ecosystem Assessment 2005a, UNESCO 2012). Essas informações e tantas outras sobre os efeitos antrópicos negativos nos meios naturais e suas respectivas consequências há tempos são difusos, abertamente discutidos na mídia e facilmente acessíveis na internet.

As denúncias e as reivindicações socioambientais são ouvidas pelos indivíduos à frente dos governos, porém, como também é sabido, dificilmente são acatadas (WWF 2012). As informações científicas embasam os clamores do drama ambiental afirmando que ele ocorre em diversas partes do mundo (WWF 2012). Não é preciso de muito esforço para notar que os dados acadêmicos não foram capazes de ocasionar uma mudança significativa na sociedade global, nem ao menos frear o aumento do uso insustentável dos recursos naturais (Meffe e Carroll 1997).

À medida que advogam por meio de reações governamentais em prol de uma sociedade mais sustentável, pesquisadores são frustrados nas tentativas de aplicar o conhecimento científico que produzem ao ordenamento jurídico ou às atividades que compõem ou resultam das políticas públicas (Meffe e Carroll 1997). Não obstante, como coloca Clark *et al.* (2000):

Podemos, de fato, estar treinando “sábios idiotas”, indivíduos hábeis em certas áreas, mas amplamente inaptos em outros aspectos do campo da conservação. Os berços acadêmicos mostram natureza cartesiana (Groom *et al.* 2006) e as diversas esferas intelectuais admitem a visão limitada, fracionada e afetada culturalmente das mais fidedignas fontes de informação que a humanidade até o momento conseguiu construir (Morin 2006).

A irreduzibilidade dos governantes e a incapacidade dos ambientalistas de influenciarem adequadamente as políticas para o meio ambiente pede uma nova abordagem para conservação, a compreensão dos processos políticos (Clark *et al.* 2000). Da mesma forma que diferentes pessoas, com diferentes objetivos políticos, estudam políticas públicas para aprenderem como promoverem suas opções (Birkland 2011), é razoável que os biólogos da conservação e conservacionistas em geral adotem esse comportamento para alcançarem os seus objetivos (Clark 2002). O estudo de políticas públicas pede mente aberta e exige o conhecimento das características do ambiente político (Clark *et al.* 2000). Frequentemente é necessário abdicar do conhecimento tradicional adquirido nas áreas acadêmicas ou, ao menos parte do treinamento responsável por enraizar a visão predominante dos profissionais originados de outras áreas (Clark *et al.* 2000), pois muitos treinamentos condicionam e impossibilitam a compreensão da situação e do contexto que aportam a realidade e o desenrolar

político regente (Clark *et al.* 2000; Morin 2006).

Evidentemente é necessário compreender o que é política pública e como ela ocorre (Bonavides 2012) para poder influenciá-la. Essa sempre se refere às ações da administração pública e às intenções definidoras dessas ações (Cochran *et al.* 1999), em outras palavras, qualquer coisa que os dirigentes públicos, no comando do governo, resolvam ou não fazer em relação à sociedade (Dye 1992). Alguns autores afirmam que as políticas públicas consistem em decisões políticas para a criação de programas, com intuito de se alcançar os objetivos da sociedade (Cochran e Malone 1995). Outros colocam as políticas públicas como ações resultantes de disputas entre aqueles que detêm o poder, sobre quem consegue o que (Cochran *et al.* 1999), e que diferença isso faz (Souza 2006).

Independentemente do conceito, é inegável que as políticas públicas sejam a soma das atividades governamentais, de forma direta ou através dos agentes, e que elas influenciam na vida dos cidadãos (Peters 1999), sendo fruto do trabalho, das ações e das escolhas de pessoas que compõem o corpo institucional dos governos, nos diferentes níveis - através das agências, ministérios, comissões e todos os possíveis ambientes de decisão, deliberação e execução. A maior parte desse corpo são os funcionários públicos ou empresas terceirizadas responsáveis pela execução das decisões efetuadas nas mais altas hierarquias por homens eleitos pela sociedade ou que ascenderam dentro das instituições governamentais (Bonavides 2012, Paludo 2012).

Numa sociedade poucas são as pessoas que decidem as políticas públicas: o que deve ser feito, como deve ser feito, quando deve ser feito, quem fará cada uma das atividades estabelecidas e o que deve ser obedecido pela população (Dye 1992, Ezrow e Frantz 2011). Para uma nova perspectiva na conservação dos recursos naturais ocorrer de fato, é essencial a identificação desses atores, seus entendimentos, suas formas de atuação e como eles conseguem legitimidade para agir, reconhecendo ser imperativa a descoberta de suas alianças (Clark 2002), já que mesmo nas monarquias totalitárias o poder não surge do homem isolado (Ezrow e Frantz 2011).

As decisões, que por vezes se materializam em políticas públicas, são tomadas por aqueles que dominam a sociedade ou grupo social em questão e esses influenciados pouco podem fazer, sendo manipulados pelos dominadores e incitados de acordo com o interesse deles. Usualmente há divergência entre os soberanos e suas camarilhas, o que resulta em agremiações disputando o controle societal. Os detentores do poder sempre se agremiam a um grupo com o qual os interesses coincidem (Ezrow e Frantz 2011). Na democracia, o interesse das lideranças age conforme coloca Bonavides (2012):

Esses interesses, parcialmente coletivos e em busca de representação, servem-se na democracia pluralista do Ocidente de dois canais para chegarem até ao Estado: os partidos políticos e os grupos de pressão.

Através desses canais é que as decisões surgem. Ambos exercem o poder quando a política acontece, isto é, quando o governo homologa sobre como se deve abordar um problema público em qualquer nível. Tais homologações podem ser

encontradas em diversos tipos de regulamentos, como constituições, leis, portarias, jurisprudências, etc, ou mesmo no estímulo de alteração de comportamento de servidores públicos, independentemente de suas funções ou níveis hierárquicos (Birkland 2011). Como não é admissível na sociedade contemporânea uma vida fora do Estado, todos os cidadãos são obrigatoriamente vinculados à vida política e assim aos interesses dos governos, aos partidos políticos, aos grupos de pressão e a todos aqueles que dirigem esses grupos (Bonavides 2012).

É inevitável reconhecer a carência de biólogos, ecologistas ou conservacionistas, atuando ou influenciando nas mais altas hierarquias de poder (Meffe e Carroll 1997). Sem isso os estudos científicos conservacionistas se assemelham mais a registros históricos das espécies e dos ecossistemas do que ferramentas de conservação desses, como se espera. Impressiona a persistência dos ambientalistas em produzirem dados a cada ano demonstrando não só o fracasso contínuo das medidas conservacionistas, porém, o agravamento das relações humanas com os recursos naturais e, espantosamente, não ocorrer aproximação daqueles que advogam pela manutenção da biodiversidade das esferas onde ocorrem as decisões.

As pesquisas por si só nunca foram, não são e jamais serão capazes de colaborar de fato; não se comunicam com a população e, mediante isso, falham em angariar apoio político - se é que o propósito fora melhorar socioambiental. Possivelmente a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável, que hoje não ocupam os lugares que lhes cabem, em nenhuma circunstância o farão, fato que independe do empenho dos empreendedores sociais. Mas o mais do mesmo ocupa um local que não lhe compete e isso, com certeza, deve mudar.

---

## Agradecimentos

A Dener Giovanini, pois, sem ele, possivelmente a política e o poder seriam sapiências inexistentes a mim.

---

## Referências

- Birkland TA (2001) **An Introduction to the policy process: Theories, Concepts, and Models of Public Policy Making**. New York, M. E. Sharpe.
- Bonavides P (2012) **Ciência Política**. São Paulo, Editora Malheiros.
- Brammer H (2010) After the Bangladesh Flood Action Plan: Looking to the future. **Environmental Hazards** 9: 118-130.
- Clark TW, Willard AR, Cromley CM (2000) **Foundations of Natural Resources Policy and Management**. New Haven, Yale University Press.
- Clark TW (2002) **The Policy Process: A Practical Guide for Natural Resource Professionals**. New Haven, Yale University Press.
- Cochran CE, Malone EF (1995) **Public Policy: Perspectives and Choices**. Colorado, Lynne Rienner.
- Cochran CE, Mayer LC, Carr TR (1999) **American Public Policy: An Introduction**. New York, St. Martin's Press.
- CMMD (1991) Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

- Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- Dye TR (1992) **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs, Prentice-Hall.
- Ezrow NM, Frantz E (2011) **Dictators and Dictatorships**. New York, The Continuum International Publishing Group.
- Gray C, Mueller V (2012) Drought and Population Mobility in Rural Ethiopia. **World Development** 40 (1) 134-145.
- Groom MJ, Meffe GK, Carroll CR. (org.) (2006) **Principles of Conservation Biology**. 3ª ed. Massachusetts, Sinauer.
- Kok A, Lotze W, Jaarsveld SV (org.) (2009) **Natural Resources, the Environment and Conflict**. Durban, ACCORD.
- Meffe GK, Carroll CR. (Org.) (1997) **Principles of Conservation Biology**. 2ª ed. Massachusetts, Sinauer.
- Millennium Ecosystem Assessment (2005a) **Ecosystems and human well-being: current state and trends**. Washington, World Resources Institute.
- Millennium Ecosystem Assessment (2005b) **Ecosystems and Human Well-being: Desertification Synthesis**. Washington, World Resources Institute.
- Morin E (2006). **Os Sete Saberes Necessário à Educação do Futuro**. 11 ed. São Paulo, Cortez.
- Nana-Sinkam SC (1995) **Land and Environmental Degradation and Desertification in Africa**. Roma, FAO.
- Nierenberg D, Halweil B (orgs) (2011) **State of The World: Report on Progress Toward a Sustainable Society**. Washington, World Watch Institute.
- Paludo AV (2012) **Administração Pública**. 2. Rio de Janeiro, Elsevier-Campus.
- Peters BG (1999) **American Public Policy: Promise and Performance**. 9ª ed. New York, Chatham House/Seven Rivers.
- Souza C (2006) **Políticas Públicas: uma revisão de literatura**. **Sociologias**. 8 (16): 20-45.
- UN (2012) United Nations Interagency Framework Team for Preventive Action. **Land and Conflict: Toolkit and Guidance for Preventing and Managing Land and Natural Resources Conflict**. New York, United Nations.
- UNESCO (2012) United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. **Managing Water Under Uncertainty and Risk: United Nations World Water Development Report 4**. Paris, UNESCO CLD.
- UNHCR (2002) United Nations High Commissioner for Refugees. A critical time for refugees and their environment. **Revista Refugees** 127.
- WWF (2012) World Wildlife Fund. **Living Planet Report 2012: biodiversity, biocapacity and better choices**. Switzerland, WWF.